



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

CLAUDEYJANE BORGES FERREIRA

Como os professores dos Cursos de Licenciatura estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais.

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduação em Pedagogia apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Orientador: Professor Dr. Mauro Torres Siqueira.

TOCANTINÓPOLIS-TO

2022

CLAUDEYJANE BORGES FERREIRA

Como os professores dos Cursos de Licenciatura estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais.

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduação em Pedagogia apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

Tocantinópolis

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F383c Ferreira, Claudějane Borges.

Como os professores dos cursos de licenciatura estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais. / Claudějane Borges Ferreira. – Tocantinópolis, TO, 2022.

38 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2022.

Orientador: Mauro Torres Siqueira

1. Educação. 2. Questões étnico-raciais. 3. Formação de professores. 4. Ensino Superior. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLAUDEYJANE BORGES FERREIRA

Como os professores dos Cursos de Licenciatura estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais.

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduação em Pedagogia apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

Tocantinópolis, Julho de 2022.

Prof. e Orientador Dr. Mauro Torres Siqueira
Universidade Federal do Norte do Tocantins

Prof. Me. Antônio Fernandes Góes Neto (examinador)
Universidade Federal do Norte do Tocantins

Prof. Esp. Maria Lúcia Silva (examinadora)
Universidade Federal do Norte do Tocantins

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus que me deu forças para enfrentar os desafios e me concedeu essa benção de chegar até aqui, a minha família, mãe, pai, irmãos e a todos os meus colegas de sala que estiveram comigo durante a graduação aprendendo e compartilhando saberes também ao meu Professor e orientador deste trabalho Dr. Mauro Torres Siqueira.

RESUMO

A realização deste trabalho justifica-se na busca, em um primeiro instante, de apresentar o contexto histórico sobre a questão do racismo no Brasil e identificar como os professores do Curso de Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais, além é claro de identificar quais temáticas e percursos formativos existem dentro das relações étnico raciais, além é claro de buscar apresentar as relações étnico raciais no PPC dos Cursos selecionados. Depois busca se identificar as dificuldades na implementação da lei no contexto estudado. Temos como Objetivos: Geral: Levantar dados para analisar o processo de implementação da lei 10.639/03, e aplicação de suas especificidades foram realizadas aplicação e análise de questionários aos professores regentes da UFNT – Campus de Tocantinópolis – TO. Específicos: I. Identificar como os professores dos Cursos de Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física estão atuando na formação docente para uma educação das relações Étnico-raciais. II. Identificar quais temáticas e percursos formativos dentro das relações antirracista. III. Identificar como a educação das relações Étnico-raciais aparecem nos PPCS dos cursos. Foram utilizadas duas metodologias para realização deste trabalho. Nesse sentido para atender aos objetivos propostos acima, traçaremos os seguintes caminhos: Pesquisa bibliográfica e documental: A pesquisa bibliográfica serviu de base para fundamentações teórica que foram essenciais para produção do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Além de servir para o engrandecimento teórico o uso das referências bibliográficas de autores e diversos documentos legais sobre a educação que tratam e abordam o assunto aqui em foco para discutir as questões relativas à temática. A realização e aplicação de questionários apresenta-se como elemento propulsor para atingir resultados desta pesquisa. Portanto, os questionários foram utilizados como suporte para a obtenção de respostas em relação ao assunto aqui estudado. Permitindo assim através das respostas dos entrevistados fazermos um levantamento de dados para apresentação dos resultados desta pesquisa. Percebemos que no âmbito dos cursos há um empenho muito grande dos professores no cumprimento do previsto na legislação, dado que são professores com vastas leituras nessa área de estudo.

Palavras – Chave: Educação; Questões étnico-raciais; formação de professores; lei 10.639/03; ensino superior

ABSTRACT

The accomplishment of this work justifies the search, in a moment, to present the historical context on the issue of racism in Brazil and to identify how the first teachers of Social Science Sciences, Rural Education and Social Physical Education are represented in teacher training for an education of ethnic-racial relations, in addition to identifying which themes and training paths exist within ethnic-racial relations, in addition to seeking to present how ethnic-racial differences in the PPC of the selected Courses. law no context studied. As Objectives: General To collect data for the process of implementation of the law 10.39/03, and to analyze its specificities were applied to the professors and application of analysis of the UFNT – Campus de Tocantinópolis – TO. Specific: I identified as the teachers of the Social Sciences and Physical Education Courses are destined to the teacher training for an education of Ethnic-racial relations. II. Identify which themes and training paths within anti-racist relations. III. Identify how the education of ethnic-racial relations appears in the PPCS of the courses. Two methodologies were used to carry out this work. The following paths: Bibliographic and documentary research: The bibliographic research served as the basis for theoretical foundations that were essential for the production of the TCC - Course Conclusion Work. In addition to serving, the use for references of bibliographic references in focus and various legal documents on education that treat and address the subject here for contestation as matters relating to the matter. Application and application will achieve the results presented as an element for this. Therefore, the were used as support for the answers in relation to the subject studied here. Thus allowing through the responses of the results of this data search. There are no limits for teachers who realize that there is a great deal of work on the part of teachers in complying with the provisions of the legislation, given that the reading of the area of study is vast.

Keywords: Education; Ethnic-racial issues; teacher training; Law 10.639/03; higher education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Gráfico questão 1.....	30
Figura 02 – Gráfico questão 2.....	30
Figura 03 – Gráfico questão 3.....	31
Figura 04 – Gráfico questão 4.....	31
Figura 05 – Gráfico questão 5.....	32
Figura 06 – Gráfico questão 6.....	32
Figura 07 – Gráfico questão 7.....	33
Figura 08 – Gráfico questão 8	34
Figura 09 – Gráfico questão 9.....	34
Figura 10 – Gráfico questão 10.....	35
Figura 11 – Gráfico questão 11.....	35
Figura 12 – Gráfico questão 12.....	36
Figura 13 – Gráfico questão 13.....	37
Figura 14 – Gráfico questão 14	37
Figura 15 – Gráfico questão 15.....	38
Figura 16 – Gráfico questão 16.....	38
Figura 17 – Gráfico questão 17.....	39
Figura 18 – Gráfico questão 18.....	39
Figura 19 – Gráfico questão 19.....	40
Figura 20 – Gráfico questão 20.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 – CONTEXTO HISTÓRICO ÉTNICO – RACIAL.....	11
1.1. Conceituando Raça e etnia.....	11
1.2. O olhar étnico-racial.....	14
2 – REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE A LEI 10.639/03.....	17
3. ABORDAGEM DAS CONTRIBUIÇÕES DO PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIÊNCIAS SOCIAIS.....	26
4.APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS/ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS.....	30
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho busca em um primeiro instante apresentar um contexto histórico sobre a questão do racismo no Brasil, para em seguida identificar como os professores dos Cursos: de Educação Física, Educação do Campo e Ciências Sociais estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico raciais, além é claro de identificar quais temáticas e percursos formativos existem e são possíveis no contexto estudado, dentro da temática das relações étnico raciais, além é claro de buscar apresentar as relações étnico-raciais no PPC dos Cursos, depois busca se identificar as dificuldades na implementação da lei no contexto estudado.

Tendo como principal objetivo observar o olhar de 03 (três) professores entrevistados um de cada Curso da universidade estão atuando na formação docente para uma educação das relações étnico-raciais além de outros objetivos específicos apresentados neste trabalho que são: **1.** Identificar como os professores estão atuando na formação docente para uma educação das relações Étnicos – raciais. Posteriormente **2.** Identificar quais temáticas e percursos formativos dentro das relações antirracista. E por último **3.** Identificar como a educação das relações Étnicos – raciais aparecem nos PPCS dos cursos.

Assim, está dividido em 04 (quatro) capítulos sendo estes: **Capítulo 1** – Contexto histórico Étnico - Racial, já no **Capítulo 2** – Referencial Teórico sobre a lei 10.639/03. No **Capítulo 3** – Apresentação dos resultados/análise das entrevistas com os professores dos Cursos de Educação Física, Educação do Campo e Ciências Sociais. E por último **Capítulo 4** – Discussão dos resultados e considerações finais.

No contexto atual estamos inseridos em uma sociedade cujo preconceito racial ocorre de uma forma mais “camuflada”, ou seja, disfarçada. Segundo o autor Munanga:

O programa Nacional de Direitos Humanos considera o preconceito como atitude, fenômeno intergrupar dirigido a pessoas ou grupos de pessoas; é predisposição negativa contra alguém; algo sempre ruim: predisposição negativa, hostil, frente a outro ser humano; desvalorização do outro como pessoa, considera indigno de convivência no mesmo espaço, excluído moralmente (MUNANGA, p.188,2005).

De acordo com as ideias citadas acima por Munanga (2005) que a discriminação supervaloriza determinadas culturas, fornecendo ao dominador a ideia de que ele é o melhor e ao discriminado o sentimento de inferiorização, permitindo que a sociedade seja considerada sob dois pontos de vista.

O primeiro é o discriminador que se considera mais capaz, superior, que “manda”, que quer ser o dono de tudo e mantém a sua autoestima às custas dos outros, o segundo é o discriminado que precisa lutar para elevar sua autoestima, construir sua identidade.

Fator de extrema relevância que devemos citar aqui é a questão da identidade do indivíduo que é construída, pois ele pretende superar as expectativas do próximo em relação a sua conduta.

Este trabalho tem como uma de suas referências a dissertação de Letícia Maria Bozelli (2018), que dentre outras coisas, aborda algumas ideias sobre as bases teóricas da análise de conteúdo. Exemplificando ao longo de seu trabalho ainda alguns meios de análise de conteúdo na realização de uma pesquisa em Educação.

Trazendo também para esta discussão temos a visão de Erikson (1976), citado por Cavalleiro (2000), onde o mesmo descreve que a identidade está relacionada a um sentimento individual que se vale de dados biológicos e sociais. Nesse processo o indivíduo reconhece o seu próprio corpo, no ambiente em que o reconhece como ser humano e social.

A realização desta pesquisa implica ainda notar que o campo educacional vem passando por grandes transformações, impulsionadas principalmente pela revisão curricular e reforma educacional em processo desde 1980. São marcos deste processo as propostas curriculares, os pareceres do Conselho Nacional de Educação e a própria Lei maior da educação, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº 9394/ 96) e suas Leis complementares.

Assim, as recentes Leis Complementares à LDB, entre elas as de número 10.639/2003 e 11.645/2008 orientam processos de inclusão no currículo escolar, portanto no processo de formação das crianças, jovens e adultos. Estas voltam-se para o ensino referente a diversidade étnico – racial que compõe a formação social brasileira, que até o final do século passado não havia lugar no processo de ensino – aprendizagem.

Procuramos aqui na pesquisa observar através da visão dos professores entrevistados da UFNT como os mesmos veem a utilidade e necessidades de entendimentos sobre a Lei 10.639/03. Vemos que a própria Lei orienta um processo que aos poucos ganha intensidade nas escolas. Verifica-se sobre esse tema, algumas experiências pedagógicas exitosas de ensino aprendizagem. Buscamos saber das experiências pedagógicas existentes na universidade, utilizadas na formação dos discentes e, portanto, nas metodologias de ensino e aprendizagem dos professores, bem como as experiências pedagógicas educacionais no que se refere ao ambiente educacional.

Os processos de ensino e aprendizagem sobre a questão racial nas escolas vem sendo questionados e reelaborados com fins de fortalecimento do debate na Educação Básica. Na história da educação pública, tal conteúdo foi relegado à condições precárias, por isso a luta pela implementação da lei 10.639/03 e suas respectivas atribuições em relação ao entendimento da diversidade étnico-racial.

A importância da realização deste trabalho em relação ao tema aqui em foco visa observar também o desenvolvimento da prática educativa em relação aos aspectos existentes dentro da Lei 10.639/03 desde o ensinar mediado pelo professor ao entendimento de uma cultura universal.

1 – CONTEXTO HISTÓRICO ÉTNICO – RACIAL.

1.1. Conceituando Raça e Etnia

Este trabalho toma como base a aprovação e implementação da lei 10.639 de 09/01/2003 que dimensiona o ensino de história da África e cultura afro-brasileira no currículo escolar, tornando-a obrigatório na educação básica. A implementação dessa lei produz benefícios para a educação e a sociedade, assim:

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (MUNANGA, 2005, p.187).

Precisamos diferenciar, entender que os termos raça e etnia apesar de distintos, são muitas vezes confundidos, tomando-se o conceito de raça pelo de etnia, como se fossem sinônimos. De acordo com Munanga em “Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” (2004), no latim medieval o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que possui algumas características físicas em comum.

Aqui no Brasil podemos destacar que as 02 primeiras universidade públicas que deram um enfoque maior em relação a esta temática foram a Universidade Estadual Fluminense do Rio de Janeiro e a Universidade do Mato Grosso do Sul.

Em 1684 o francês François Bernier, emprega o termo no sentido moderno da palavra para classificar a diversidade humana, em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Munanga também afirma que um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias.

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, tem uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente em um mesmo território.

Sendo assim, podemos entender que “etnia” compreende fatores culturais como a nacionalidade, religião, língua, tradições, ou melhor, a etnia está mais relacionada a “povo”. Já a raça está associada a fatores morfológicos, cor de pele, estatura, constituição física.

De acordo com Gomes (2010), é importante afirmar que a luta do movimento negro no Brasil é também dos negros em movimento, para uma mudança que vai além do segmento

negro da população. A superação da desigualdade racial e do racismo possibilita para a sociedade transformações solidárias, éticas e ainda, permite o exercício da justiça social e cidadania, para que respeite e garanta o direito à diversidade.

Sabe-se que ao longo dos anos o Movimento Negro tem cobrado um posicionamento das instituições responsáveis pelos processos de formação humana, sendo a escola uma dessas instituições. O Movimento Negro cobra que a escola se torne um espaço do direito à diversidade.

Como a escola é um ambiente que frequenta uma grande diversidade de alunos, é relevante ensinar aos alunos a questão do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas, explicando sobre o preconceito e a afirmação de que somos todos iguais perante a lei, pois se fossemos não existiria o preconceito. Portanto o educador precisa fornecer ao aluno um ambiente que faça com que ele tenha consciência do respeito à diversidade.

Segundo Munanga (2005), as ideias de racismo, sentimento de preconceito e modos de praticar a discriminação não são herdadas geneticamente, é algo desenvolvido na família, na escola, no grupo religioso e da mesma maneira aprendem a ser preconceituosos em relação a povos e nações. Nesta lógica Trindade apud Souza (2002, p.38) corrobora que, “As desigualdades raciais e sociais não são naturais, não nasceram conosco, nem é o nosso destino viver com essas marcas. São historicamente construídas, logo passíveis de ser coletivamente destruídas”.

Sabemos que o negro luta para alcançar o seu espaço na sociedade e por mais que ele ascenda ainda é retratado de uma maneira negativa, as pessoas não acham normal um negro com uma posição superior, este fato ocorre devido a marginalização que o negro foi e é submetido.

O pensamento racista da sociedade atual, compartilha a ideia de que o lugar do negro é na menor posição, que o negro tem que apenas receber ordens, ou seja, viver na subalternidade. O Movimento Negro é uma importante arma para lutar por essa inserção do negro, posto que:

O Movimento Negro reivindica que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social {...} A partir desse momento, a luta passa a focalizar uma intervenção política que caminha em duas direções: a denúncia da postura de neutralidade do estado frente a desigualdade racial reivindicando-lhe a adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio estado mediante a inserção de quadros políticos e intelectuais nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista e no próprio governo federal. No entanto, mesmo quando essa inserção acontece, ao ser comparada com o segmento branco da população, acaba por revelar a continuidade da desigualdade.

Os negros ainda encontram-se na sua maioria, representados de forma precária, e, por vezes, subalterna, nos escalões do poder (GOMES, 2010, p.100).

Apoiando – se nas ideias de Gomes (2010), o Movimento Negro ao indagar a universidade brasileira pela realização de uma educação antirracista, vive uma situação de tensão. Por uma lado a educação escolar como direito social para todos, por outro, a necessidade de que se reconheça e respeite as diferenças. Visto que quando assume essa função dupla, a escola tem a responsabilidade de produzir projetos, práticas e iniciativas que visam combater o racismo e superar as desigualdades raciais, da educação básica até ensino superior.

É necessária que se adote uma política que venha compreender a importância dos africanos na formação do povo brasileiro, principalmente por meio da história. A escola é um ambiente indispensável para a desconstrução do racismo, pois por mais que não seja uma tarefa fácil, os educadores se depararem com situações de racismo no cotidiano e é necessário desfazer os equívocos, sejam relacionados à cultura africana, sejam relacionados às relações raciais, para que racismo seja combatido e desconstruído.

O preconceito racial é bastante reproduzido no ambiente escolar, uma vez que a criança leva para lá os preconceitos adquiridos do meio familiar e da sociedade em que vive. Por isso necessita de ser discutido entre os educadores, não só no espaço escolar, mas em todos os espaços da vida social. Infelizmente, nesse contexto são produzidas e reproduzidas discriminações raciais, homofóbicas, sexistas e muito mais.

Somente criação de leis não basta, é preciso haver uma transformação de mentalidades e práticas, incluindo ações que promovam discussões relacionadas a esses temas, com intuito de motivar a reflexão individual, coletiva e contribuir para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso.

As Diretrizes colocam o seguinte:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2003, p. 14-15)

1.2. O olhar étnico-racial

Uma metodologia que enfoca a relação entre negros, brancos e indígenas já é uma preocupação atualizada pela Lei 11.645/2008. Entretanto, o fazer concreto está ausente do marco legal. Para que a lei se consolide na prática, torna-se imprescindível o conhecimento da história afro-brasileira e africana, à medida que a identidade e personalidade das crianças estão sendo formadas, neste sentido, torna-se fundamental as atividades pedagógicas voltadas para a diversidade étnica, como representação positiva daqueles que ajudaram na construção da história do Brasil.

Porém é de fundamental importância observar, que se deixarmos nossas crianças ao acaso elas não se tornarão plenamente humanas como afirma Leontiev apud Arce & Duarte (2006):

A criança ao nascer nada mais é do que um membro da espécie humana, enquanto espécie animal, trazendo assim, em si, as potencialidades daquela. Contudo, para que se integre ao gênero humano a criança necessita da interação com os adultos, que possuem ou tem acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, ou seja, o contato com outros conhecimentos a tornará membro não só da espécie, mas também do gênero humano. Portanto, é o adulto quem humaniza a criança, e não o inverso (LEONTIEV, 2006.)

Vale refletir que é indispensável um olhar atento para questões que dizem respeito ao desenvolvimento pleno dos educandos, assim como a LDB assegura que o ensino precisa desenvolver a capacidade de aprender com base para ter bom êxito em todos os âmbitos ético-político, artístico-cultural, socioeducacional.

As recentes discussões a respeito da produção de conhecimento fruto de questionamentos epistemológicos sobre o ensino aprendizagem das crianças e jovens, nos remetem conclusão de que estamos diante de um tema complexo até mesmo no ensino superior.

Tem havido esforços de pesquisadores-educadores em contribuir para a universalização do ensino aprendizagem de modo que todos tenham acesso ao conhecimento cultural universal produzido pela humanidade. O caminho percorrido por estes educadores tem sido distinto e diverso. Apesar das profundas diferenças ambos chamam atenção para a necessidade que temos de apoiar os conteúdos, mesmo que da forma tradicional.

Frente a esse problema que a educação não conseguiu sanar, é necessário admitir que este é um problema construído pela humanidade e que precisa urgentemente ser solucionado pela escola pública, para isso faz-se necessidade buscar metodologias de ensino aprendizagem

que estimule a autoestima dos alunos para então minimizar os perversos efeitos de inferioridade que a sociedade vem ao longo dos anos proliferando, principalmente nas crianças negras e indígenas, afetando também as brancas, à medida que a elas ao mesmo tempo é negado parte dos saberes, pois ficam isentas de reconhecer a origem da formação de seu povo, ficando então a sorte de desenvolverem preconceitos raciais.

Portanto, o ideal é que estudem de modo profundo a diversidade do povo africano de forma a perceber suas características, a sua cultura, modo de vida, história, arte e tecnologia por eles construídas. Isso propiciará que os alunos compreendam e estabeleçam as diferenças e semelhanças na cultura brasileira.

Segundo Aguiar:

“As questões relativas à aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar a história e cultura afro brasileira e africana”. (AGUIAR, 2010, p.94).

Trazendo ainda a concepção de outros autores que tratam sobre o assunto aqui estudado e para uma melhor compreensão apresentamos as ideias de Moreira e Viana (2015, p. 7) descrevem que:

É no contexto escolar que o educando será instigado a interagir com os desafios que a mesma propõe. Dessa forma, todos terão a oportunidade de conhecer a participação dos negros [...], na edificação da história e da cultura deste país, como na música, religião, arte, dança..., buscando resgatar as suas matrizes históricas e culturais, através do diálogo entre todo corpo escolar.

Ainda de acordo com Rocha e Braga os mesmos dizem que:

É de suma importância que esse contexto seja considerado em todos seus aspectos, visto que as escolas brasileiras deixam a desejar nesse sentido, permitindo, muitas das vezes, práticas sutis de racismo que surgem no espaço escolar, como nas rodas de conversas entre professores, encontros pedagógicos, grupo de estudos e observação dos alunos, realidade que prejudica o desenvolvimento educacional e social de crianças negras (ROCHA; BRAGA, 2016).

Para um enriquecimento teórico neste trabalho apresentamos também as ideias de Nogueira que:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é **de marca**; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é **de origem**. (NOGUEIRA, 1985, p. 78-9).

2 – A LEI 10.639/03.

Ao abordarmos aqui alguns referenciais teóricos para embasamento deste trabalho, destacamos que o preconceito racial é um assunto complexo e que está presente nos espaço social de uma maneira disfarçada por influência do mito da democracia racial que prega a inexistência do racismo, o que contribui para que o racismo velado continue presente com tanta frequência.

É importante citarmos ainda que este trabalho busca visualizar como o espaço de aprendizagem e formação nas universidades é um ambiente importante, a medida que traz debates relevantes a diversos segmentos da sociedade, por exemplo, sobre o racismo. É visível que os estudantes vivenciam situações de racismo no ambiente escolar, senão em outro local qualquer e levará isso para a vida toda, pois são marcas que nunca se apagam, causando sequelas emocionais.

A experiência com o racismo, para as crianças, se intensifica na escola. A lei 10.639/03 tem o objetivo de incluir no currículo escolar o estudo da questão étnico-racial, essa inclusão é uma forma de lutar contra o racismo, de mostrar às pessoas o quanto a cultura do negro é rica e significativa para nossa sociedade.

Entendemos cultura como expressão que se preocupa com o modo de viver da humanidade em todos os campos étnico-cultural, político, geográfico e social também, contempla formas de construir pensamentos mais abstratos e resignificados da realidade simbólica, além disso, traz em seu bojo o diálogo. A cultura é constitutiva da humanidade, fornecendo assim meios para ensinar com sedução e encantamento.

Outro autor que trazemos para essa discussão é Moura (1994), que discute a contraditória sociedade democrática racista e, nos leva entender que tudo que construímos traz resquícios da sociedade escravista. Também por isso, a sociedade brasileira pratica os vícios do racismo de formas inconscientes que se repetem até os dias atuais. Percebemos a permanência de discursos elevam e fortalecem a herança cultural escravista através da máquina ideológica montada objetivando manter o equilíbrio social.

Com vistas a levantar dados para analisar o processo de implementação da lei 10.639/03 e aplicação de suas especificidades, foram realizadas aplicação e análise de questionários aos professores regentes da UFNT – Campus de Tocantinópolis – TO, nos cursos de Educação Física, Educação do Campo e Ciências Sociais. O estudo apresentado intenciona identificar como a lei está sendo colocada em prática, ou seja, saber se a questão étnico-racial está sendo trabalhada na universidade com o intuito de contribuir para a

construção da identidade do aluno, seja ele negro, branco ou indígena.

Segundo o parecer nº 3 de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico – raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004a), as Diretrizes organizadas em princípios, orientações e fundamentos, orientam uma educação de cidadãos conscientes e atuantes em uma sociedade que possui várias culturas e etnias, buscando positivamente relações sociais e étnicas mais harmônicas, valorizando a consciência política e histórica da diversidade, fortalecendo identidades e ações educativas para combater o racismo, as discriminações, além de orientar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil.

Mostrar aos alunos, por intermédio dos professores, que o negro entrou no Brasil através do tráfico negreiro, trazendo conhecimentos culturais, econômicos, sociais e políticos. Trazer esses elementos é relevante no estudo, na aprendizagem dos alunos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (idem, 2004b), para de fato as políticas públicas, instituições e Estado terem êxito, dependem de forma decisiva da reeducação das relações entre negros e brancos.

Conforme as ideias de Munanga, o mesmo faz as seguinte abordagem:

A pedagogia nos anos 70/80 já chamava a atenção dos educadores para a experiência pedagógica que o aluno trazia de sua vivência fora da escola e que não era por esta reconhecida, o saber que lhe foi transmitido por seus pais e avós, pela comunidade onde mora, pela religião que seus pais adotam, pelas leituras orientadas pela família, pela sua origem étnica. O currículo escolar geralmente não leva em conta essa experiência do aluno e, ao impor-se como única forma legítima de saber no interior do processo formal de educação, acaba por esconder sob sua aparência de universalidade um outro currículo (...).(MUNANGA, 2005, p.72).

De acordo com o exposto acima, podemos compreender que o currículo invisível contribui para que os educandos transmitam para os indivíduos que estão ao seu redor, o que vivenciaram, os seus valores, as experiências do dia a dia, por isso esses conhecimentos devem ser considerados pelos professores para contribuir com a aprendizagem dos educandos. Munanga (2005) faz uma definição bem clara de currículo invisível:

(...)O que chamamos de currículo invisível é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou, numa palavra, dos padrões sócio-culturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social. Essa transmissão internaliza, que se desenvolve sob formas diversas, proporciona um sentimento de pertencimento, ampliando-se gradualmente à medida que se alarga a experiência do educando. (MUNANGA, 2005, p.73).

Analisando o papel da universidade na sociedade, sabemos que é um compromisso que vai muito além de ensinar conteúdos, pois, a mesma tem o papel fundamental de preparar profissionais capacitados e formadores de opinião em sua atuação profissional. No ambiente acadêmico constelam-se valores, princípios morais, caráter, aprende-se a dialogar, ouvir, discutir diversos assuntos e ter autonomia, cumprindo papel importante na formação do cidadão.

Em outras palavras, a escola e a universidade não podem centrar suas preocupações apenas na transmissão de conteúdo. A aprendizagem do aluno dos conhecimentos de sua futura área de atuação é parte fundamental, mas deve ser acrescido de formação para as relações raciais e interpessoais. São assim poderão enfrentar a questão do racismo que acontece freqüentemente na escola e muitas vezes passa despercebido, é ignorado, silenciado, em situações do cotidiano escolar ou nas apresentadas nos livros didáticos. Cavalleiro afirma que:

O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimizar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO,2000, p.33).

Portanto, os pensamentos racistas contidos na mente dos indivíduos, persistem no meio social desde a época da escravidão, em que os negros sofriam maus tratos e preconceitos por parte dos seus senhores. É essa época quando está se instalando o sistema capitalista no mundo, sistema esse que irá se valer do racismo para fomentar a divisão entre os trabalhadores. É devido a isso que se defende que esse preconceito vem sendo reproduzido desde a era colonial e escravocrata, passando de geração para geração e permanecendo no período pós-colonial. De acordo com Sérgio Costa:

A abordagem pós-colonial constrói sobre a evidência de que toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países Europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial. Tanto as experiências de minorias sociais como os processos de transformação ocorridos nas sociedades “não ocidentais” continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com o que se denominou centro. Assim o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear, trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall,1997a) colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. (COSTA, 2006, p.117-118).

Nesse viés, o parecer CNE/CP nº 3/2004, traz contribuições de como trabalhar a lei 10.639/2003, de forma a valorizar e reconhecer a diversidade étnico-racial do país, apresenta sugestões de temas de debate para enfrentar práticas culturais racistas e discriminatórias existentes não só no cotidiano das escolas, mas também nas relações sociais que penalizam e de certa forma excluem indivíduos negros, afetando a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Propõe também que o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira deve se estender a formação dos educadores, cabendo a eles colocarem em prática essa educação, somando a luta contra o racismo existente na sociedade.

Esse parecer fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (DCNERER), expondo orientações, traçando um caminho a seguir para a implementação da Lei 10.639. As diretrizes enfatizam as políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de Ações Afirmativas¹ na qual o estado tem o dever de incentivar e promover políticas que viabilizam o estudo relacionado a temática racial, realidade presente no artigo 205 da Constituição Federal, que determina esse dever do estado de garantir direitos iguais para o desenvolvimento de cada indivíduo enquanto cidadão, pessoa ou profissional.

A busca por reparação deve ter envolvimento de toda a sociedade, com a maioria contribuindo para extrair da mente das pessoas o pensamento racista, isto é, realizar ações que trabalhem a conscientização, o combate ao racismo e aos danos materiais, sociais, educacionais, políticos e psicológicos sofridos perante o regime escravista.

Assim, os sistemas educacionais brasileiros, municipais, estaduais e federal, são chamados a inserir no contexto da educação formal a História e Cultura Afro-brasileira, mesmo que isso resulte em ações de resistências, pois essa convocação se dá por meio de mecanismos legais mediante a Lei 10.639/2003 (SANTANA; ALVES, 2010).

Percebemos que diversos autores que tratam sobre o assunto, destacam que é preciso reconhecer e compreender os valores e as lutas das pessoas negras, sendo sensível ao sofrimento causado pelas várias formas de preconceito, expresso em brincadeiras, piadas que sugerem incapacidade, apelidos depreciativos, ridicularização dos traços físicos, textura do cabelo e muito mais.

¹Esta política é voltada para reverter as tendências históricas que conferiram às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego. Ela visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, tendo como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentaram preconceitos.

Seguir tal recomendação cria condições para que os alunos negros não sejam rejeitados pela cor da pele, nem desprezados pelo fato de seus antepassados terem sido escravizados. Favorece também que não desanimem de continuar os estudos, podendo até se aprofundar no estudo relacionado à comunidade negra. Para tal, as instituições de ensino necessitam de professores competentes que dominem o conteúdo e que tenham compromisso com uma educação de negros e brancos estimulando o respeito entre ambos, corrigindo ações preconceituosas e de desrespeito.

“As condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis, se desejamos uma educação de qualidade, da mesma forma se estende para o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos” (SANTANA; ALVES, 2010).

Nesse sentido, Marques et al (2007, p. 3) argumentam que:

Faz-se então necessária uma grande reestruturação qualitativa da educação pública brasileira de ensino básico, considerando os inúmeros desafios e envolvendo de forma participativa e cooperativa todos os atores da sociedade. Acredita-se ainda que, para legitimar qualquer diálogo e iniciativa no campo da educação, é preciso o envolvimento verdadeiro dos autênticos protagonistas da prática educativa – os professores –, partindo dos seus sonhos, angústias, sugestões e experiências, acumulados ao longo dos anos de magistério, além das passagens por escolas diversas e as inúmeras mudanças de gestores públicos.

O parecer CNE/CP nº 3/2004, afirma que os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica - os níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e adultos – e Ensino Superior, precisarão providenciar:

Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial. (BRASIL, 2004a, p.24).

Outro fato de relevância que não podemos deixar de citar aqui é que antigamente, a presença da imagem do negro era escassa no ambiente escolar, no livro didático, nas ornamentações. A partir do momento em que começou a luta pela inserção do negro, da história e cultura africana no currículo, a figura do negro tornou-se mais assídua e comum.

De acordo com as DCNERER, o governo tendo conhecimento das desigualdades existentes entre negros e brancos na sociedade, deve intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, nesse sentido sancionou a Lei 10.639/2003 e

criou a SEPPPIR² (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) para reverter os efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. As diretrizes e o parecer nº 3, procuram oferecer respostas para a população afro descendente na área da educação no sentido de Políticas de Ações Afirmativas, ou seja, políticas de reparações, reconhecimento e valorização de sua história cultural e identidade.

Esse ensino pode ocorrer através de projetos no decorrer do ano que estimulem a conscientização e autoafirmação da raça no ambiente escolar. De acordo com o parecer CNE/CP nº 3/2004,:

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros - branco, pardo, indígena - a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana. (BRASIL, 2004a, p.15)

Historicamente sabemos que somos brasileiros miscigenados, contudo, há pessoas aparentemente brancas, que se dizem negras por saberem que seus familiares têm ascendência africana e, pessoas negras que se dizem brancas. Realmente não é nada fácil a identificação no sentido racial em uma sociedade tão preconceituosa em relação a tudo que é proveniente dos africanos e sua cultura.

A Implementação da lei 10.639/2003(2008) tem como objetivo principal valorizar e reconhecer a diversidade étnico-racial de forma favorável na educação do país desde as estratégias para enfrentar culturas e práticas racistas e discriminação existente não só no cotidiano educacional, mas também nos sistemas de ensino que penalizam e de certa forma excluem indivíduos negros afetando a garantia do direito à educação de qualidade para todos. A mesma apresenta colaborações aos educadores para que essa lei seja colocada em prática na educação a fim de lutar contra o racismo existente na sociedade.

Existem pesquisas que objetivam saber como as pessoas se auto declaram. É visível que as pessoas que se autodeclaram pretas e pardas vem crescendo a cada dia e isso tem uma ligação enorme com as políticas de auto afirmação, visto que estão tomando maior consciência da sua cor. Claro que essa auto declaração não acontece de forma repentina, faz parte de um processo que envolve enfrentamentos, conhecimentos, trabalho de

²ASEPPPIR foi criada no ano de 2003, sobreviveu por 12 anos, isto é, foi extinta em 2015 e hoje integra a secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

conscientização que aos poucos estão mudando o pensamento racista, o pensamento de que preto é feio e não pode ascender socialmente. Nesse processo, o movimento negro, composto por pessoas que lutam contra o preconceito, tem busca do resgatar a memória de um povo, escravizado que lutou por sua liberdade.

Segundo dados do censo de 2000, “do ponto de vista étnico-racial, 44,6% da população brasileira apresenta ascendência negra e africana que se expressa na cultura, na corporeidade e/ou na construção das sua identidades” (GOMES,2010, p.97-98). Hoje a os negros perfazem contingente ainda maior da população brasileira. Nesse sentido, é necessário que as escolas e as universidades quebrem esse silêncio forjado pelo mito da democracia racial, pois enquanto ficarem escondendo o racismo existente, afirmando que somos todos iguais e que está tudo na santa paz, as ofensas, a violência, a desigualdade irão continuar de forma crescente a cada dia. Cavalleiro afirma o seguinte:

Ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo. Neste espaço, a vergonha de hoje somada à de ontem e, muito provavelmente, à de amanhã leva a criança negra a reprimir suas emoções, conter os seus gestos e falas para, quem sabe, passar despercebida num “espaço que não é seu”. (CAVALLEIRO, 2000, p.100).

A realização deste trabalho implica também no objetivo de intencionar e identificar se realmente a lei está sendo colocada em prática, ou seja, saber se a questão étnico-racial está sendo trabalhada na universidade com o intuito de contribuir para a construção da identidade do aluno seja ele negro, branco, indígena.

Existe uma série de comportamentos, rituais, tradições, herança e todo o contexto histórico e político que interferem no processo de construção da identidade étnico racial de qualquer grupo humano. É um processo complexo para todos nós.

Contudo, a cultura existente em nossa história revela visivelmente que a África está presente no Brasil em quase todos os segmentos da sociedade, desde o social, econômico, político, geográfico, música, dança, arte, culinária, literatura, artesanato e até no modo de pensar.

Sendo que a composição do povo brasileiro é fruto dessa influência e formação, mas também dos conflitos e resistências que influenciam até hoje nas práticas de racismo, preconceitos e discriminações. Sabe – se também que a constituição do povo é resultante dos conflitos e resistências conseqüentemente instauradas pela prática do racismo, preconceitos e discriminações. Assim, existe uma necessidade evidente de educar as futuras gerações para aprenderem acerca dessa diversidade, conviver e enfrentá-la parece ser um receio.

Entende – se então que é necessário enquanto acadêmicos do Curso de Pedagogia inserir-se no contexto das lutas sociais dos negros, para assumirmos um posicionamento político e ético que transforme o nosso discurso em prol de uma sociedade realmente democrática e da diversidade em práticas efetivas e concretas contra esse mal que é o racismo.

Portanto, é preciso mostrar nossa formação educacional na construção da cidadania é preciso conhecer, entender e respeitar o negro sem caricaturar, estereotipar ou mesmo desprestigiar o negro e mudar não só a história, mas também a atitude daqueles que ainda acham que o negro é um simples ex escravo. Assim o autor SANTOS cita que:

“O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações. Se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entraram em contato”. (SANTOS, 2005, p. 30).

Considerando ainda que o tema aqui escolhido tem importante significação devido ao seu grau de complexidade e entendimento, as ideias deste autor nos remete ao entendimento da necessidade de voltar-se para o ensino referente a diversidade étnico – racial, da composição da sociedade brasileira.

Existe uma crítica constante por parte do autor no sentido de mostrar que não se tem a preocupação em oferecer às pessoas condições para que estas se libertem das teias do capitalismo, posto que esse modelo de sociedade prega a exclusão dos sujeitos.

Segundo SANTOS:

“O racismo não é produto de mentes desequilibradas, como ingenuamente se poderia supor; nem existiu sempre, ou existirá sempre, como toalmente se poderia pensar. (Os racistas têm naturalmente interesse em definir o racismo como uma característica da “natureza humana”; como a natureza humana é imutável, o racismo, por consequência, jamais desaparecerá)”. (Santos, 2005, p. 35).

É sabido que o preconceito e a discriminação são atitudes que vem sendo praticadas durante décadas contra o negro, aferindo sua integridade perante a sociedade, pois são conceitos atribuídos pela sociedade diante da negação, ou seja, a não aceitação dos direitos que o negro possui ante a sociedade.

Embora o Brasil seja um país considerado o país da “democracia racial” ainda encontramos muito racismo, preconceito velado, pois todos afirmam “não tenho preconceito”, mas as atitudes mostram o contrário, conforme os exemplos citados de fatos verídicos expostos no livro pelo autor.

Existe um fato muito interessante da história da cultura Africana e Afro-brasileira é que além da história de lutas pelo reconhecimento de negros como sujeitos de direitos há também a história de contribuições da herança cultural deixada pelos Africanos que ainda hoje contribuiu para a formação da história do negro.

3. ABORDAGEM DAS CONTRIBUIÇÕES DO PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIÊNCIAS SOCIAIS.

Sobre os PPCS dos cursos: pretende – se investigar a existência ou não de atividades de pesquisa, ensino e extensão, relacionadas a temática aqui discutida: educação das relações étnico raciais, nos cursos de educação física, ciências sociais e educação do campo.

O primeiro Projeto Pedagógico de Curso – PPC – analisado nos aspectos que o mesmo contempla do tema aqui em foco é o do Curso de Educação Física que traz importantes contribuições sobre a obrigatoriedade do ensino e aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira. Aborda a obrigatoriedade de cursar a disciplina de: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Trazendo em sua ementa que:

A história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação política, econômica e cultural do Brasil. Estudo sobre o conceito de cultura de Afro-Brasileiro e indígena e aspectos da cultura negra e indígena no Brasil. Diversidade religiosa: aspectos históricos da construção da religião dos povos negros e indígenas no Brasil. Construção da identidade negra e indígena no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade e diferenças. Mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações interétnicas. Natureza: obrigatória. Carga horária total: 60 horas. Carga horária teórica: 60 horas Carga horária prática: 0 horas Créditos: 4 Período: 3. (PPC – Curso de Educação Física – UFNT, 2018. p. 57).

Desse modo vemos que no curso de Educação Física as reflexões e análises do PPC levam em consideração o contexto histórico, acompanhando a vida sócio educativa dos professores, que devem aplicar a Lei 10.639/03. Como discutido espera-se que essa implantação da lei se dê na educação básica e no ensino superior.

Já o segundo é o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, traz na disciplina de Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI. Tal PPC identifica problemas sócio culturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face da realidade complexa. Com vista a contribuir para superação de exclusões étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas e políticas. Como todos os avanços na educação das relações étnico-raciais são resultados de muita resistência e luta para avançar e não retroceder, o campo político é fundante. Dentre os aspectos importantes para desconstruir o racismo, destaca-se: formação de professor, diálogo com pais, diálogo com

instituições públicas, instituição jurídica, e sociedade são fundamentais para construir um Brasil melhor e mais igualitário.

Trazendo em sua ementa da disciplina de Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI, que:

Pesquisa sócio educacional. Diversidade no Campo: étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais. (PPC – Curso de Educação do Campo – UFNT, 2019. p. 89).

O Curso de Educação do Campo também possui a disciplina Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, ministrada no sétimo período. Essa conta com sessenta horas, sendo quarenta e cinco horas teóricas e quinze horas práticas. Com a seguinte ementa: “Produção historiográfica do continente africano. Formas de pensar o mundo existente a partir da África. História sobre a chegada dos africanos no Brasil desde o período escravista até os dias atuais” (PPC – Curso de Educação do Campo – UFNT, 2019. p. 110). Pela ementa verifica-se que é abordada temática prevista na LDB.

Já no terceiro Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, aborda dentro da disciplina optativa “Relações Raciais no Brasil”, algumas contribuições de aprendizagem que diz respeito ao tema aqui em foco. Traz em sua ementa: “A categoria ‘raça’ nas ciências. A questão racial como objeto e reflexão sociológica. O pensamento social brasileiro e a questão racial. Interseccionalidades e a reflexão sobre a ‘diferença’” (PPC – Curso de Ciências Sociais – UFNT, 2016. p. 95). A carga horária da disciplina é de 60 horas de atividades teóricas.

Nesse PPC, a disciplina ofertada de forma obrigatória na matriz curricular é Estudos sobre África e Brasil-África, sendo uma disciplina de 60 (sessenta) horas. Em sua ementa prevê a discussão sobre “Conhecimento historiográfico do continente africano. Diáspora africana. Contribuições da história e cultura africana no Brasil” (PPC – Curso de Ciências Sociais – UFNT, 2016. p. 55). Disciplina que discute a história e a produção histórica sobre África, passando pelo rapto dos negros no período do tráfico negreiro, sua chegada no Brasil e suas realizações em solo brasileiro. O PPC do Curso de Ciências Sociais, retrata questões políticas, pedagógicas, no contexto histórico ao ensino de história e educação das relações étnico-raciais na Universidade Federal do Norte do Tocantins - Campus de Tocantinópolis. O

documento evidencia que o tema tem total importância no curso, bem como destaca que o debate foi impulsionado pelo Movimento Negro, na sistematização e mobilização para alcançar o ensino de educação das relações Étnico-raciais nas escolas de educação básica e nas universidades.

Considerando ainda que no curso de Ciências Sociais temos a existência do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros –NEAF/UFNT. Este núcleo tem o intuito de estudar as Relações étnico-raciais.

Diante de todas as questões que foram pesquisadas sobre as abordagens e aprendizagens dos PPC dos três cursos que fazem parte do campus da UFNT de Tocantinópolis – TO. verifica-se que os mesmos procuram evidenciar a necessidade de conhecermos e respeitar as questões existentes na Lei 10.639/03.

Diante das análises e as reflexões dos PPC dos cursos de Educação Física, Educação do Campo e Ciências Sociais identificamos que os cursos abordam o ensino de história e cultura para a educação das relações étnico-raciais na UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins. Portanto, é preciso compreender que a história do Brasil precisa oportunizar cada vez mais esse debate em todos os seguimentos da sociedade, para ser construída e reconstruída uma narrativa justa.

Nos setores sociais, nos setores econômicos, nos setores educacionais. O Brasil é constituído de 52% de negros incluindo aí pretos e pardos, porém ainda somos pouco representados na escola, no currículo, bem como na política com deputados e senadores.

Fica notório que este Século está sendo marcado por mudanças, dificuldades econômicas e transformações em todos os aspectos educacionais devido a Pandemia de (Covid 19) que sempre serão lembradas na história da humanidade; e que de certa forma gerou inúmeros problemas para a rotina da educação, porém, diante de tantas mudanças e transformações as questões abordadas sobre o tema aqui em foco nas universidades é uma relevante oportunidade de ampliar os saberes sobre a propagação da Lei 10.639/03, para que seja mudado os velhos paradigmas.

Nesse sentido ressalta se aqui que a lei 10.639/03 tem o objetivo de incluir no currículo escolar e nas universidades o estudo da questão étnico-racial, essa inclusão é uma forma de lutar contra o racismo, de mostrar às pessoas o quanto a cultura do negro é rica e significativa para nossa sociedade.

De acordo com Gomes:

A implementação da lei 10.639/03 também encontra os cursos de formação de professores em nível superior com pouco acúmulo sobre a temática racial e muitas vezes é permeada pela resistência a sua própria inserção nos currículos dos cursos de pedagogia e de licenciatura. (GOMES, 2010, p.103-104).

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS/ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS.

Em relação as respostas obtidas na primeira pergunta do questionário de acordo com as respostas dadas pelos participantes desta pesquisa, podemos observar que os eventos internos e externos que tratam sobre abordagem das questões relacionadas a Lei 10.639/03, são realizados durante todo o ano.

No Câmpus UFNT de Tocantinópolis, quais os meses de realização dos eventos, internos e externos sobre a implementação da lei 10.639/2003 no Ensino Superior?

3 respostas

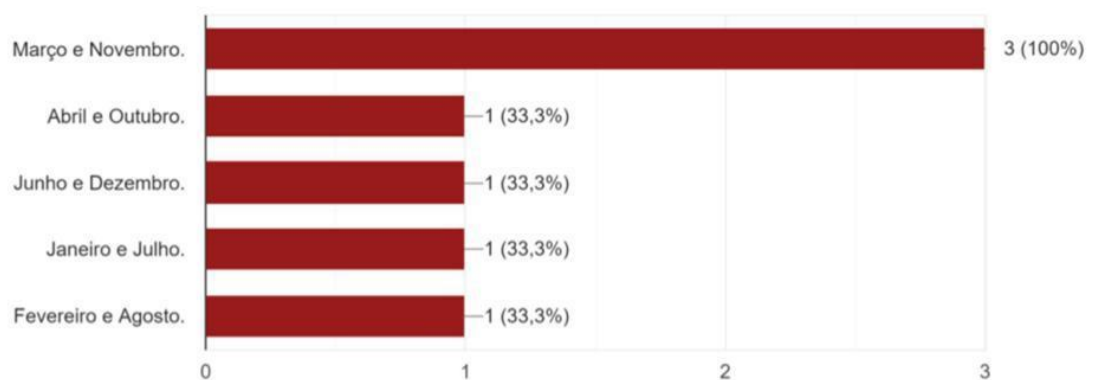


Figura 01 – Gráfico questão 1

Já na segunda questão procurava saber sobre o que está desconstruindo o Mito da Democracia Racial. De acordo com as respostas obtidas nesta questão é possível afirmar que 33% disseram que a execução e cumprimento da legislação e o currículo pedagógico. Já 66% responderam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e 33% deram a resposta de que compreende – se que trata de um processo complexo.

O que está desconstruindo o Mito da Democracia Racial?

3 respostas

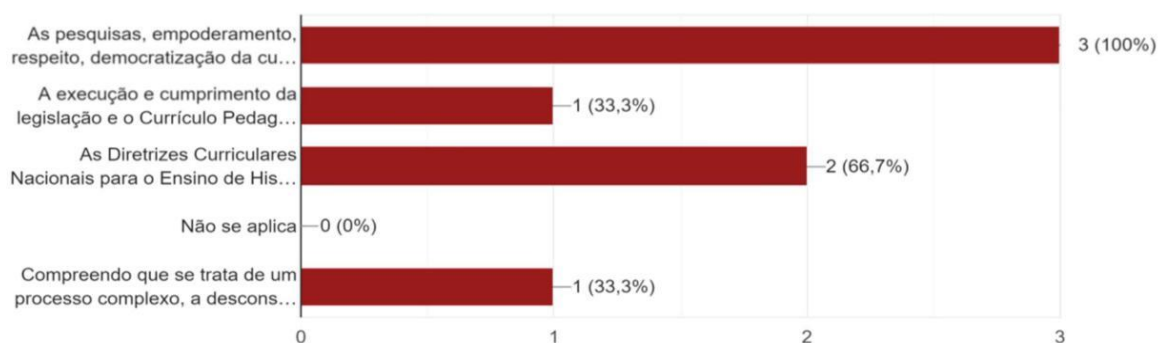


Figura 02 – Gráfico questão 2

A terceira questão procurou saber se a UFNT já realizou formação para seus professores sobre a lei 10.639/03 e em qual modalidade a mesma foi realizada. Assim obtivemos como resposta 33,3% opinaram que não foi realizada formação e 66,7% disseram que não se aplica. Podemos inferir que os respondentes marcaram não se aplica pelo fato dos concursos da UFNT cobrarem dos candidatos formação na área de relações raciais.

A UFNT já realizou formação para seus professores sobre a implementação da lei 10.639/03, em qual modalidade?

3 respostas

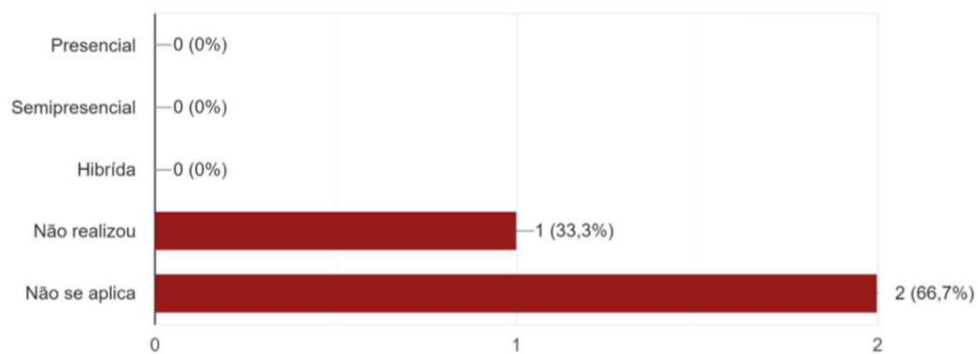


Figura 03 – Gráfico questão 3

A quarta questão buscava saber como os professores compartilham o ensino e reflexões sobre a História das Relações Étnicos Raciais, tendo como resposta de 33,3% que acontece através de grupos de estudos e pesquisa, palestras e oficinas, além de outras atividades envolvendo comunidade e acadêmicos. Por outro lado, obteve – se 66,7% a resposta não se aplica.

Como os professores compartilham o ensino e reflexões sobre a História das Relações Étnico-Raciais?

3 respostas

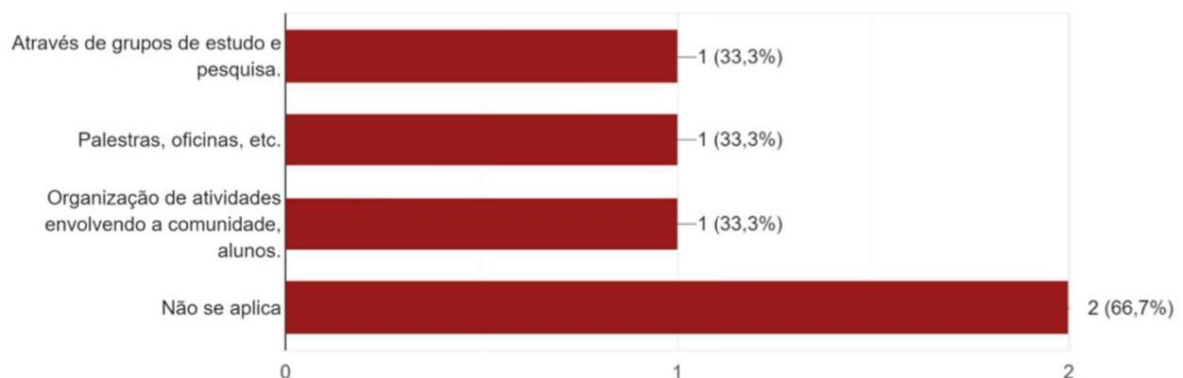


Figura 04 – Gráfico questão 4

Já na quinta questão tinha como objetivo perceber o que a UFNT costuma desenvolver na Semana da Consciência Negra. De acordo com as respostas dos entrevistados 33,3% responderam que eram produzidos cartazes sobre o movimento negro. Por outro lado, outro 33,3% disseram que acontece seminário organizado pelo NEAF, e outros 33,3% responderam que tem pouco tempo na instituição.

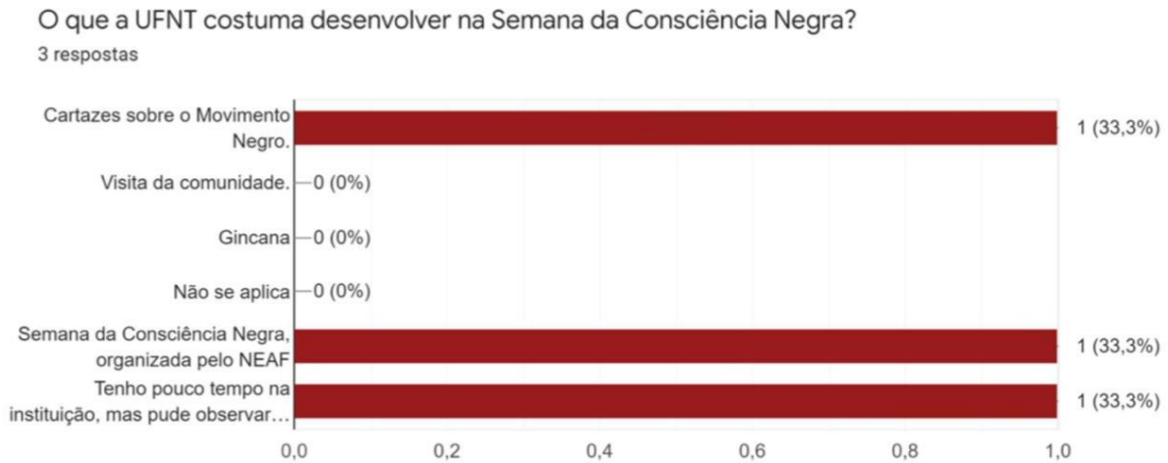


Figura 05 – Gráfico questão 5

Na sexta pergunta do questionário buscou saber quais os materiais pedagógicos eram utilizados pelos professores no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, tivemos um empate técnico de 33,3% em cada uma das respostas, sendo estes os materiais: livros, obras de história, legislação, exposição de bonecos. Todos manifestaram usar em suas disciplinas obras de História sobre autores que estudam a diversidade racial.

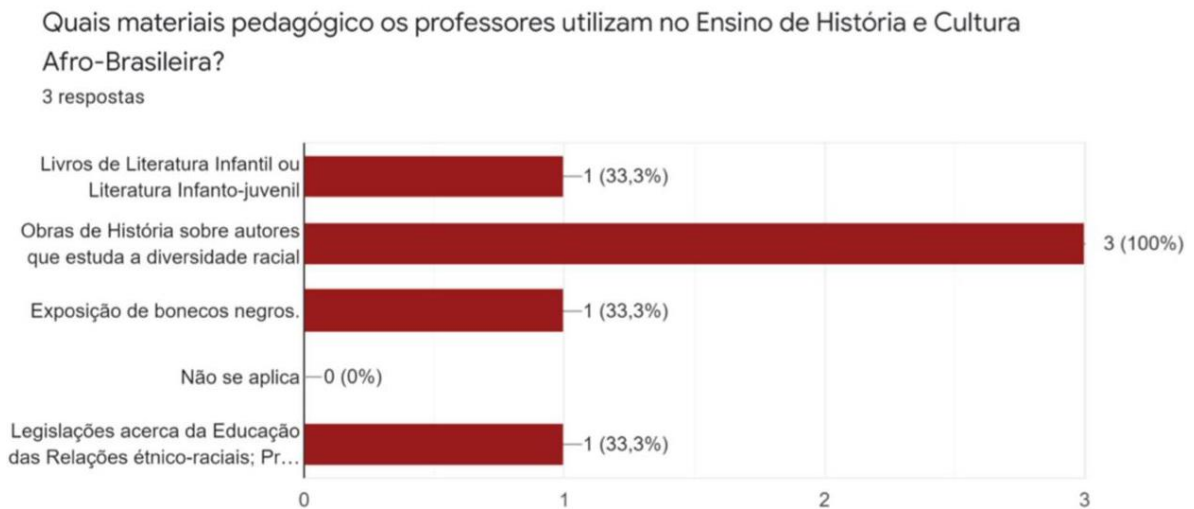


Figura 06 – Gráfico questão 6

Na sétima questão procuramos saber em quais disciplinas é possível identificar o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, desse modo 66,7% entrevistados responderam que tais conteúdos são trabalhados na disciplina de História e Literatura, observa-se então que são disciplinas que tem muito a ver com o tema aqui em foco, pois aborda questões importantes para o conhecimento do Ensino de História e Cultura Afro Brasileira. E outros 33,3% disseram que é abordado durante a disciplina de Sociologia e Matemática e o mesmo percentual assinalou que o trabalho com a temática deva ser interdisciplinar.

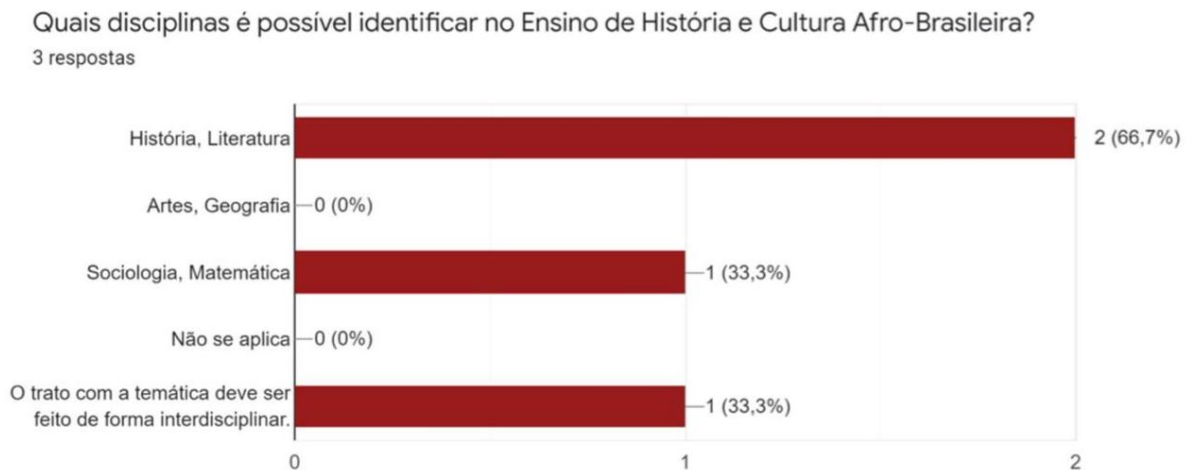


Figura 07 – Gráfico questão 7

Já na oitava questão foi questionado sobre os tipos de conteúdo que são abordados nas formações de professores, os resultados das respostas obtidas foram o seguinte: 100% consideraram que são cultura e religião, bem como escravidão e discriminação. Para 33,3%, é abordado em tecnologia da informação. Houve ainda um professor que manifestou “Trata-se de uma formação que abrange questões históricas, sociais e políticas sobre as relações raciais no Brasil, bem como sensibilização e instrumentalização (teórica e metodológica) para a educação das relações étnico-raciais” (professora B).

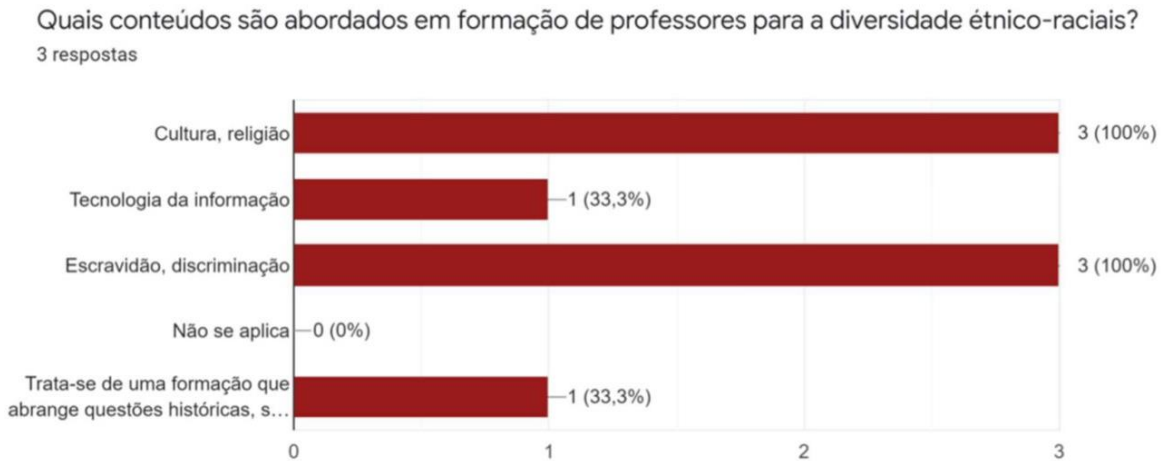


Figura 08 – Gráfico questão 8

Já na nona questão foi questionado de que forma são divulgadas as atividades e pesquisas sobre as relações étnico-raciais para os acadêmicos. Obtivemos como resposta dos entrevistados que 66,7% a grande maioria respondeu que acontece através da semana da Consciência Negra. Por outro lado, tivemos 33,3 dizendo que acontecem através da divulgação das redes sociais, oficinas, debates, mesas-redondas etc. Assim, é extremamente importante notarmos que existe uma preocupação em relação as diversas formas que o tema aqui em foco pode ser trabalhado e divulgado através da exposição e diversas metodologias para abordagem do conteúdo. O professor B manifestou que “Pelo pouco tempo na instituição não me sinto apta a responder esta questão.”

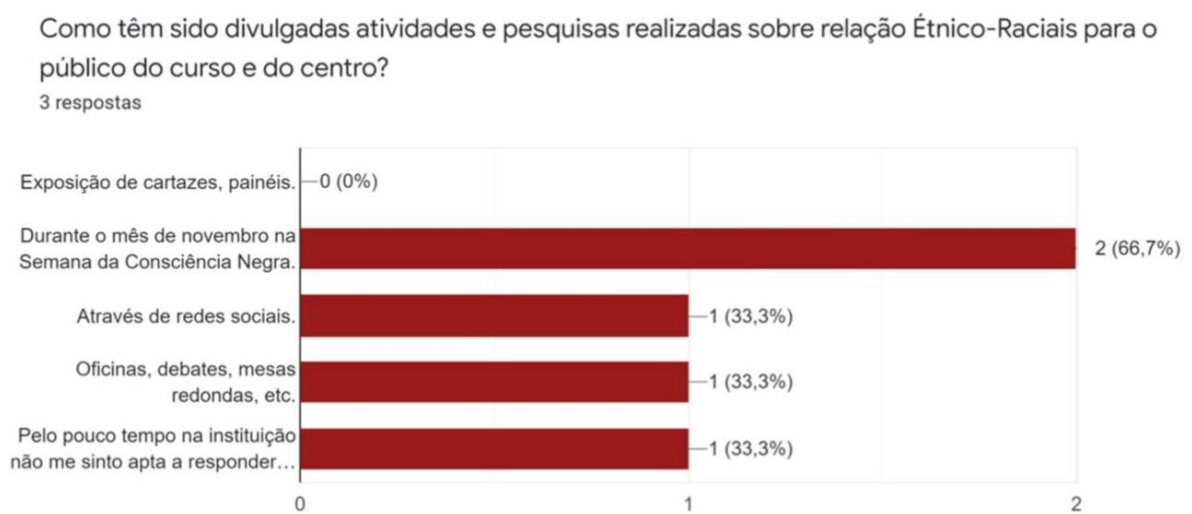


Figura 09 – Gráfico questão 9

Na décima questão foi perguntado se já existiu denúncia de racismo ou preconceito pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, em relação a esse questionamento 100% dos entrevistados responderam Outros. Tal resposta nos leva a inferir que as situações de denúncia de racismo na instituição não partiram da gestão universitária.

Já existiu denúncia de racismo, preconceito pela universidade?

3 respostas

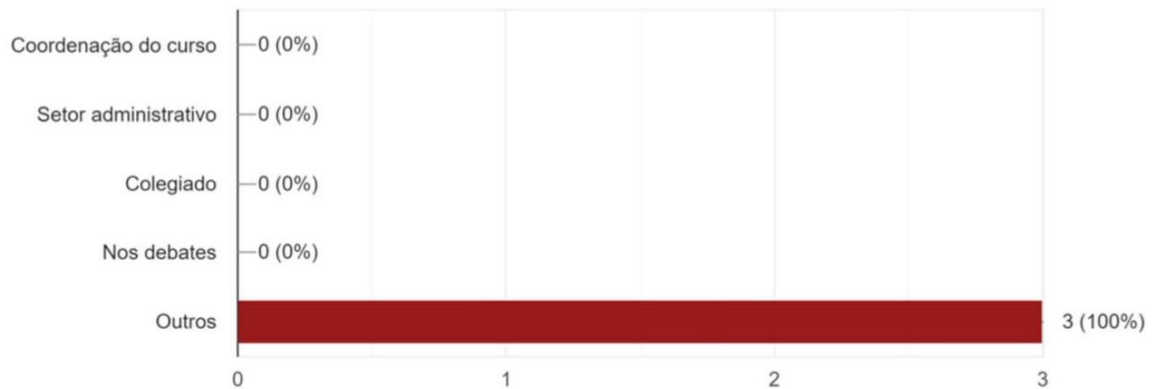


Figura 10 – Gráfico questão 10

A décima primeira questão do questionário desta pesquisa buscou – se averiguar se era possível afirmar alguma situação de discriminação na Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, desse modo, tivemos como resposta: 33,3% dos entrevistados responderam que não tem conhecimento, outros 33,3% disseram que acontece, mas, não existe denúncia e outros 33,3% opinaram que não presenciou nenhuma situação de discriminação. Assim, tivemos um empate, ou seja, diferentes opiniões sobre esse assunto entre os entrevistados.

É possível afirmar situação de discriminação na UFNT?

3 respostas



Figura 11 – Gráfico questão 11

Em relação a décima segunda questão sobre as principais questões que facilitam a implementação da lei 10.639/03 no ensino superior. Como resposta tivemos um percentual de 66,7% que apontam que são a sociedade, Estado e gestor, 100% dos marcaram opção de que são as organizações dos movimentos sociais e, foi apontado também a formação de professor com percentual de 66,7%. A professora B acrescentou ainda que “Trata-se de um conjunto de ações que requer mobilização e comprometimento dos diferentes setores.”

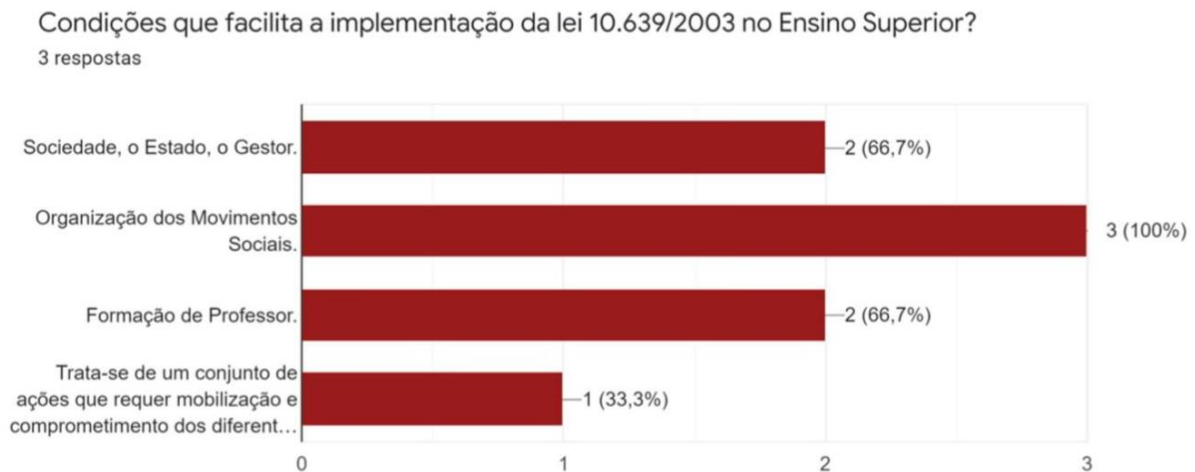


Figura 12 – Gráfico questão 12

Já a décima terceira questão perguntou o que a lei 10.639/03 pode proporcionar a sociedade. Nesta opção tivemos os seguintes índices: 100% dos entrevistados responderam que pode propiciar um melhor diálogo entre comunidade, cultura e diferentes grupos, já a opção de harmonia entre as instituições públicas e minorias obteve 33,3% das respostas e igualdade nas relações sociais sem racismo teve o índice de 66,7%. O professor B manifestou que "Compreendo como caminho para construção de uma sociedade mais justa, capaz de valorizar as diferentes culturas que fazem parte da sociedade brasileira, o que colabora para superação do racismo e outras formas de discriminação." Tivemos então assim nesta questão uma diversidade nas respostas dos entrevistados com o apontamento de várias opções que demonstram diferentes formas de contribuição que a Lei 10.639/03 pode trazer para nossa sociedade.

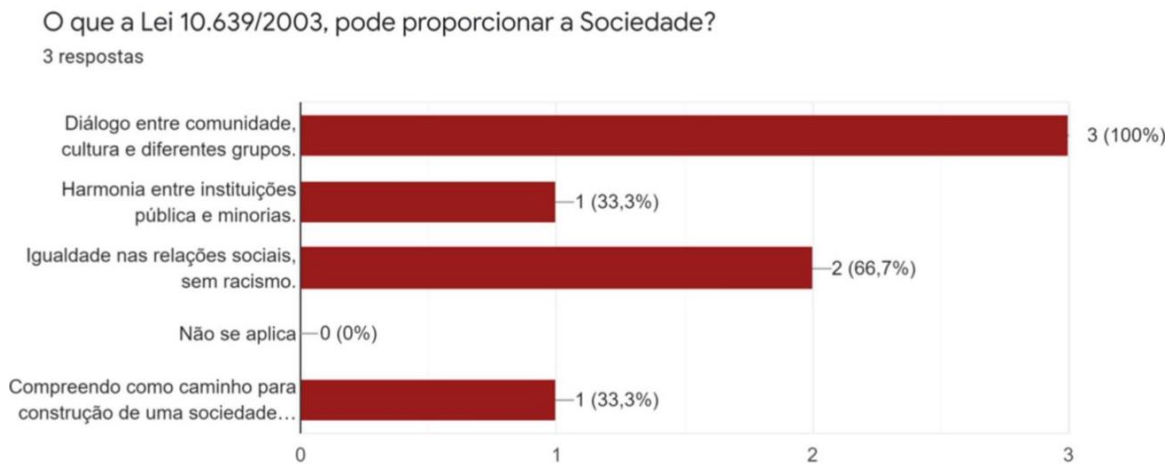


Figura 13 – Gráfico questão 13

Na décima quarta pergunta buscamos saber qual a iniciativa dos professores sobre a Lei 10.639/03 na UFNT, desse modo tivemos como resposta a opção individual 33,3%, seguidos da opção parcial 66,7%. A professora B manifestou que “Considero que depende da postura política de cada docente, todavia é necessário compreender que o trato com a educação das relações étnico-raciais deve ser desenvolvido de forma colaborativa.” Percebemos aqui nesta opção uma variação nas respostas.

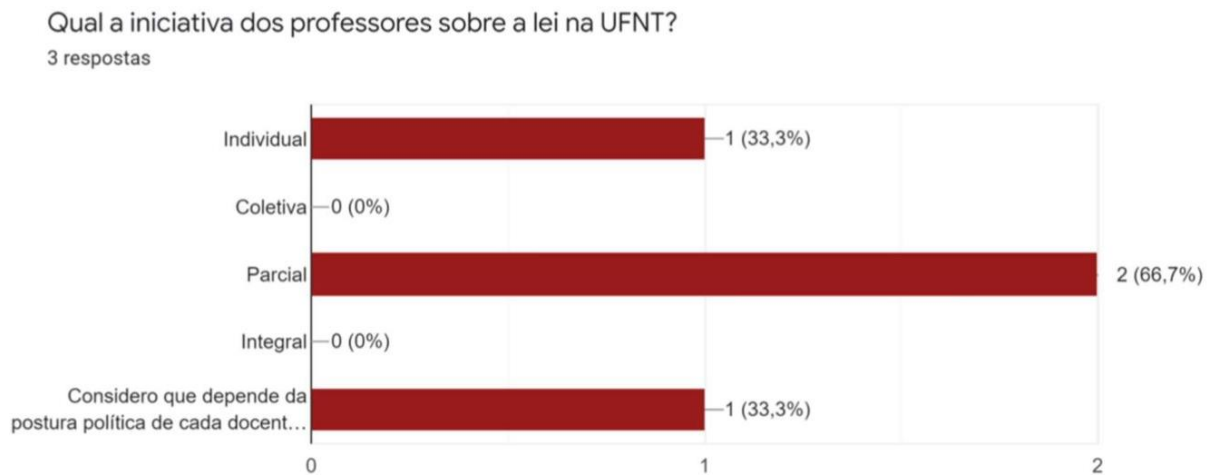


Figura 14 – Gráfico questão 14

Já na décima quinta questão procuramos saber o que influenciou os professores da UFNT a colocar em prática o ensino da Cultura Afro-Brasileira, 66,7% responderam que foi a luta do movimento negro organizado, já para a opção de ser a execução da legislação foi obtido o percentual de 33,3%. Do mesmo modo que a opção políticas sociais tivemos um total de 33,3%, a opção não se aplica teve um total de 33,3% e por último 33,3% a opção de que foi a partir da reivindicação do movimento negro.

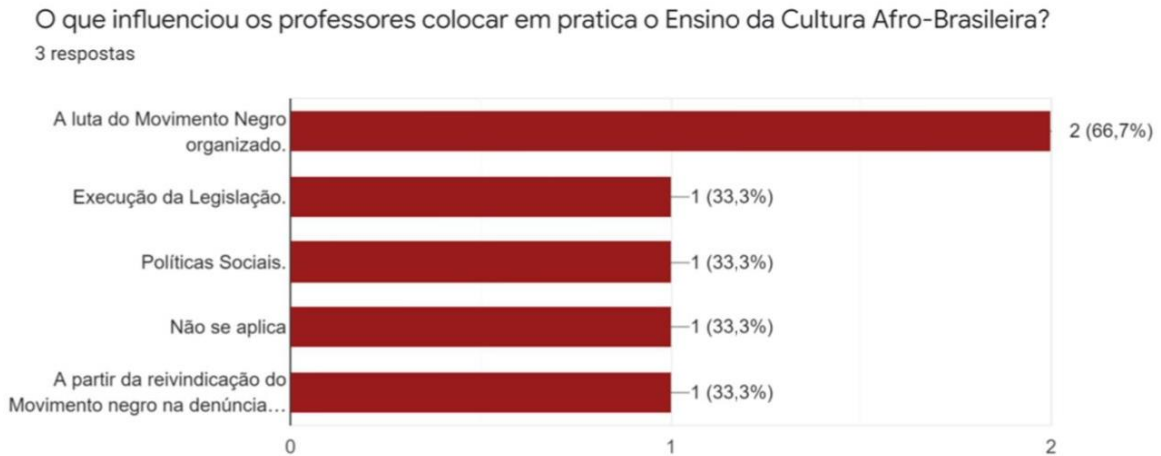


Figura 15 – Gráfico questão 15

Na outra opção que foi a décima sexta deste questionário buscamos um olhar dos entrevistados de como construir uma pedagogia da equidade, de acordo com a amostra do gráfico acima tivemos os seguintes resultados: com educação de qualidade para as futuras gerações 100% dos entrevistados marcaram esta opção. Provocar um debate social com todas as instituições, movimentos sociais e movimento negro, também teve 100% marcado no questionário dos entrevistados. E por fim, políticas públicas com 100% dos entrevistados marcando essa opção.

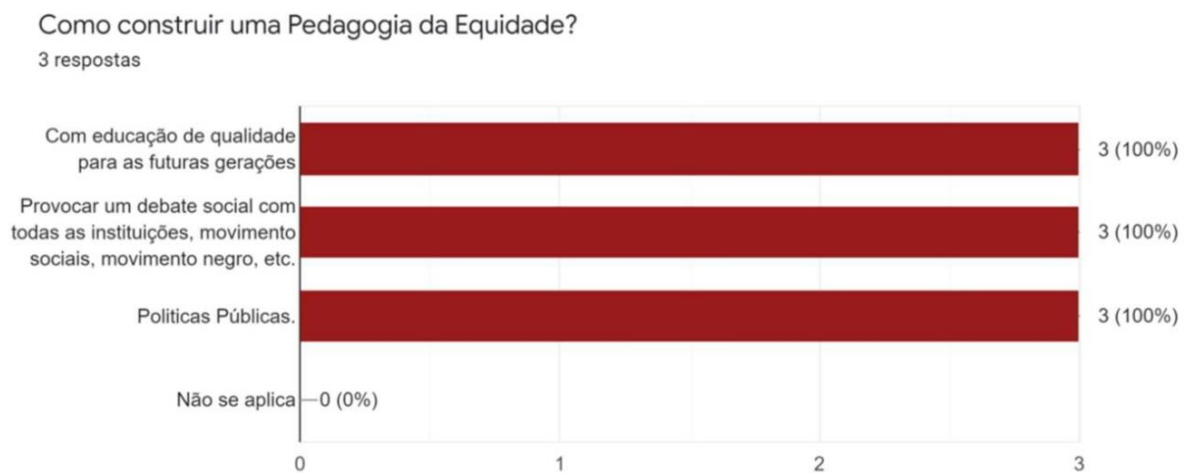


Figura 16 – Gráfico questão 16

Na décima sétima opção procurou – se observar o que o movimento negro influenciou na estrutura social. Apresentamos então aqui os índices de respostas dos entrevistados sendo estes: Alteração da LDBEN lei 10.639/03, lei de cotas, tendo 100% marcado como opção dos entrevistados. Também com 100% consideraram que foi a criação da Secretaria de Políticas da Igualdade Social. Outros 33,3% disseram que influenciou na constituição de outros

movimentos sociais. A professora B afirmou que “Muitas são as contribuições do Movimento Negro para a transformação da realidade de racismo e discriminação”.

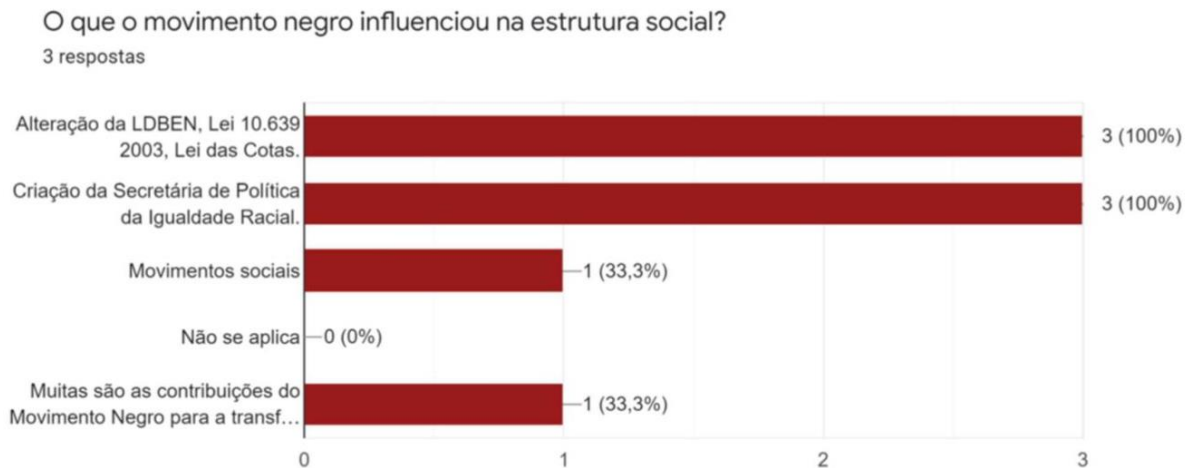


Figura 17 – Gráfico questão 17

Em relação a décima oitava questão buscou – se observar o ponto de vista dos entrevistados em relação qual o contexto das relações étnico-raciais, de acordo com as informações existentes no gráfico acima podemos então perceber que 100% dos entrevistados assinaram a opção que se limita ao contexto da legislação. Já para outros 33,3% agregam os setores econômicos, políticos, social e cultural, e por fim 33,3% responderam que abrange a sociedade, instituições públicas e movimentos sociais.

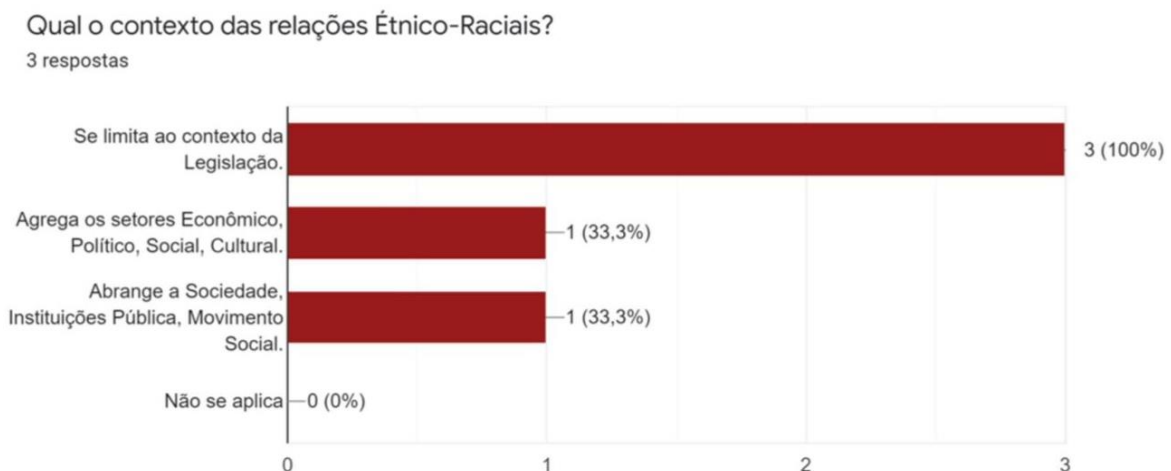


Figura 18 – Gráfico questão 18

Na décima nona questão buscamos evidenciar se o avanço das políticas públicas e o movimento negro contribuíram para o empoderamento e a construção da identidade e diversidade étnicos raciais. Assim obteve-se como resposta dos entrevistados os seguintes

percentuais: 66,7% sim, mas muito precisa ser feito. E outros 33,3% opinaram que pouco foi feito.

Com o avanço das políticas públicas, o Movimento Negro, e a legislação contribuíram para o empoderamento e a construção da Identidade e Diversidade Étnico-Raciais?

3 respostas

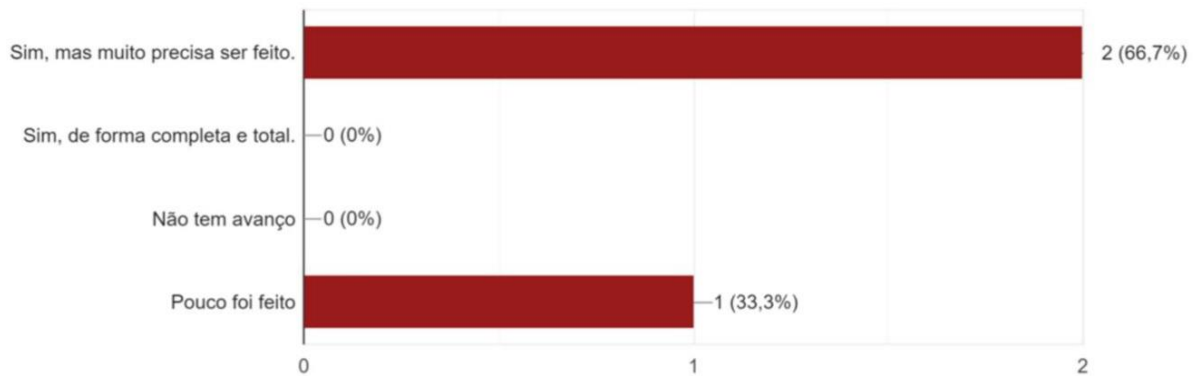


Figura 19 – Gráfico questão 19

Na vigésima e última questão do questionário, procuramos saber sobre quais são as modalidades de ensino contempladas nos estudos sobre o ensino de História e Cultura Afro – Brasileira. De acordo com o gráfico abaixo observa-se que 33,3% dos entrevistados responderam que ensino infantil e ensino superior e EJA. Já para o ensino fundamental e médio obteve um percentual de 66,7%.

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, está garantido pela Lei 10.639/2003. Quais são as modalidade de ensino contemplada?

3 respostas

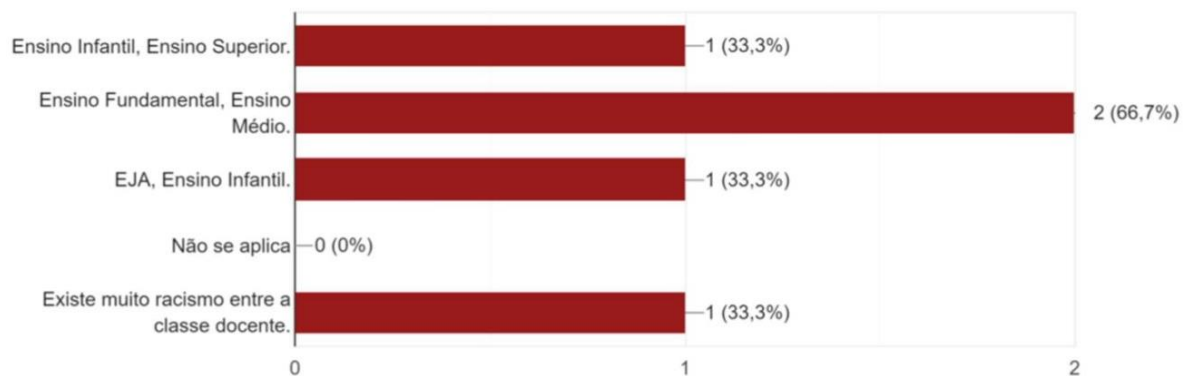


Figura 20 – Gráfico questão 20

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Por mais que a universidade tenha a missão de combater o racismo, sabemos que não é uma tarefa exclusiva da mesma, já que o ambiente universitário é o local frequentado por uma diversidade de pessoas que trazem saberes adquiridos na sociedade em que vivem. À vista disso os conhecimentos trazidos de suas vivências devem ser considerados na escola para que através de um diagnóstico seja trabalhado da maneira correta, isto é, complementando, modificando e construindo outros saberes.

Foram elaboradas 20 perguntas para a realização desta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso e conforme as questões e os gráficos das respostas apontadas pelos entrevistados podemos observar uma variedade de opiniões.

Nota-se ainda que existe uma grande preocupação em relação ao contexto das relações étnico-raciais e a necessidade de ampliação dos conteúdos no que diz respeito conhecimento do Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira, em que o mesmo está garantido na lei 10.639/03.

Outro fator relevante é a iniciativa dos professores sobre a lei 10.639/03 e sua abordagem em diferentes eventos dentro da Universidade Federal do Norte do Tocantins, de acordo com as diferentes respostas pode-se notar ainda que a universidade proporciona em diferentes momentos debates sobre a relevância e importância não só da lei 10.639/03 como também uma ampla abordagem das questões étnico-raciais existentes em nossa sociedade.

Considerando ainda as ideias e respostas apresentadas pelos entrevistados, constatamos que estamos em um constante processo de evolução no sentido de uma luta constante em relação a discriminação e o preconceito racial, sendo que existe uma preocupação em trabalhar esse tema dentro das disciplinas que compõem as cargas horárias exigidas dentro dos Cursos de Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física. Além disso expuseram também haver seminários, palestras, oficinas e diversos debates dentro da universidade anualmente, que contribuem na formação da educação para as relações étnico-raciais.

Em suma a atuação dos docentes para a educação das relações étnico raciais está acontecendo de forma positiva, pois, através de diversos momentos no decorrer dos cursos da UFNT existe um interesse constante em abordar o tema aqui em foco pesquisado, demonstrando assim uma preocupação em cumprir os requisitos exigidos na lei 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo deste trabalho muito se enfatizou sobre a importância da lei 10.639/03, muitas vezes não cumprida em escolas e na própria universidade, de forma a gerar aprendizagem, pensamento crítico e em consequência transformação social. Esse desrespeito a LDB pode se dar pelo despreparo dos professores, pois muitos não tiveram, na sua graduação, uma disciplina específica que viesse constituir um conhecimento mais amplo sobre a história. Algumas vezes suas ações voltam-se apenas para o Dia da Consciência Negra.

Em decorrência disso, alguns professores da universidade se esforçarem para incluir nas atividades assuntos que valorizem a questão étnico-racial. É importante que os professores e acadêmicos tenham conhecimento da LDB, incluindo sua alteração pela lei 10.639/03, para estar ciente de que temos um aparato legal que defende o aprendizado da História e cultura negra, na formação da sociedade brasileira e que os acadêmicos saibam do seu direito de aprender sem serem obrigados a negar o grupo étnico-racial a que pertencem.

Conforme as ideias apresentadas de diversos autores citados ao longo deste trabalho vimos que no pós-abolição foram criadas políticas que objetivavam o branqueamento da população, para eliminar simbolicamente a presença dos negros. Ideia que se relaciona bastante com uma ideia posterior, o mito da democracia racial, que pregava a não existência do racismo. Ainda hoje há quem pense que racismo não existe no Brasil. Essa negação do racismo leva ausência de políticas públicas de reparação, reconhecimento e valorização para a população negra. Esse desinvestimento no combate ao racismo faz com que ele se acirre mais.

Por outro lado, as ações de combate ao racismo e discriminações com o intuito de educar as relações étnico-raciais de forma positiva, provocam um fortalecimento entre os negros, além do mais, desperta a consciência negra entre os brancos. Pois é através disso que os negros poderão ter conhecimentos e segurança para se orgulharem da sua origem e os brancos identificarão as influências, a participação, a contribuição e também a importância da história e da cultura, dos negros na sua maneira de se relacionar com outras pessoas, de ser, viver.

É necessário que seja desenvolvido na sala de aula tanto das escolas de ensino fundamental e médio, quanto na própria universidade ações que venham desfazer os equívocos existentes relacionados ao negro e à sua cultura, para que assim possamos vivenciar em uma sociedade mais justa e igualitária onde todos os cidadãos tenham conhecimentos de seus direitos e deveres enquanto sujeitos sociais.

Todas as questões levantadas ao longo deste trabalho objetiva contribuir com um maior conhecimento em relação ao assunto tão complexo aqui abordado e discutido por diversos autores ao longo deste trabalho, acreditando ainda que não se esgote aqui a possibilidade de discussão ou realização de outras pesquisas em relação a esse tema.

Assim, é notório que a lei 10.639/03 muitas vezes não é aplicada na escola de uma forma que venha gerar aprendizagem, pensamento crítico e em consequência transformação social, pelo despreparo dos professores, pois muitos não tiveram, na sua graduação, uma disciplina específica que venha constituir um conhecimento mais amplo sobre a história da África e ainda há a falta de interesse da escola em trabalhar o tema com mais frequência, por isso, voltam-se apenas para o dia da Consciência Negra.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (Org.). **Brincadeira de Papéis Sociais na Educação Infantil**. Campinas: Xamã Editora, 2006.

AGUIAR, Janaina C.Teixeira; AGUIAR, Fernando J. Teixeira. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação em Sergipe**.

BRASIL. Lei nº 10.639, **Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2010.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

MARQUES, E.P; PELICIONI, M.C.F; PEREIRA, I.M.T.B. **Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?**. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.17 n.3 São Paulo dez. 2007.

MOREIRA, R.C; VIANA, C.S. Avanços e desafios na implementação da lei 10.639/2003: um estudo na rede municipal de ensino de Senhor do Bonfim/BA. *Trilhas Pedagógicas*, v. 5, n. 5, Ago. 2015, p. 150-167.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo – SP Editora: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. (1985 [1954]), “**Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**”, in O. Nogueira (org.), *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*, São Paulo, T.A. Queiroz.

SANTANA, J.V. J; ALVES. J.S. **Tensões e desafios para a implantação da lei 10.639/03 no município de Itapetinga – BA**. Revista África e Africanidades – Ano 2 – n. 8, fev. 2010 – ISSN 1983-2354.

SANTOS, Joel Rufino dos, 1941 – **O que é racismo?** Joel Rufino dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 2005 15ª edição. (Coleção primeiros passos).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE. PPC – Projeto Pedagógico de Curso – **Curso de Ciências Sociais** – UFNT, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em **Educação do Campo** (Câmpus de Tocantinópolis) 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Curso de Licenciatura em **Educação Física**, Câmpus de Tocantinópolis. 2018.